

## VELHICE É UMA AUSÊNCIA? UMA APROXIMAÇÃO AOS FEMINISMOS E À PERSPECTIVA GERACIONAL

Carla Gisele Batista\*  
Alda Britto da Motta\*\*

### **Resumo:**

Os movimentos feministas estão permanentemente convocados a pensar a categoria mulheres de forma abrangente, ampliando-a de forma a abarcar a diversidade das brasileiras. Neste texto, com foco na questão geracional, abordaremos a ação dos movimentos em demanda por políticas públicas que beneficiem as mulheres na velhice. Avançaremos sobre a forma como a ação militante da primeira década dos anos 2000 se concretizou na elaboração dos I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, no que se refere a este aspecto.

**Palavras-chave:** Movimentos feministas. Mulheres na velhice. Políticas públicas.

### **“IS OLD AGE ABSENT?”**

**AN APPROXIMATION TO FEMINISMS AND THE GENERATIONAL PERSPECTIVE”**

### **Abstract:**

Feminist movements are permanently invited to think the category women in a more encompassing manner, enlarging it so as to account for the diversity of Brazilian women. In this article focusing on the issue of generation, we will look at the action of the movements in demanding public policies that benefit women in old age. We will dwell on the manners in which militant actions, during the first decade of the years 2000, were materialized in the elaboration of the I and II National Plans of Public Policies for Women regarding this matter.

**Keywords:** Feminist movements. Women in old age. Public policies.

---

\* Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1992) e mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Tem experiência nas áreas de: História do Brasil República; História dos Movimentos Sociais, Movimentos de Mulheres e Feministas; Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Violência contra as Mulheres; Estado Laico, políticas públicas; Gênero.

\*\* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1967), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1977) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1999). Atualmente é professora e pesquisadora do PPGNEIM/UFBA. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, gerações, envelhecimento, velhice e família.

Neste texto, realizaremos uma leitura dos dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), resultantes das I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)<sup>1</sup>, procurando identificar a forma como idades e gerações foram neles incorporadas. O ideal, neste caso, teria sido observar, nos próprios processos das conferências, como se deram as demandas no sentido de que as políticas fossem abrangentes o bastante para se destinarem às mulheres em todas as fases das suas vidas, o que exigiria um trabalho de fôlego maior do que este que agora apresentamos. Mas, partimos do princípio de que, a depender da força de pressão em sua defesa, alguns temas poderiam estar presentes ou não nos planos, e inferimos que, se a perspectiva geracional não estivesse colocada de forma explícita no planejamento das políticas públicas, isto poderia ter decorrido da ausência de sujeitos que chamassem a atenção para este problema ou pelo que identificamos como “cegueira de geração”<sup>2</sup> daquelas que participaram dos debates.

Sabemos que a perspectiva de vida tem aumentado nos períodos recentes da história e isto faz com que novos sujeitos entrem na cena social reivindicando reconhecimento e direitos. Faz parte deste processo a compreensão dos seus significados e o amadurecimento político das questões a serem enfrentadas, não só dos que nele estão envolvidos, mas, também, de toda a sociedade. É neste sentido que buscamos fazer uma leitura dos dois PNPMs, analisando a forma como estes incorporam ou não uma perspectiva integral-geracional das mulheres, tendo como foco a velhice. Algumas das leituras remeteram mais diretamente a questões trazidas pela professora Alda Britto da Motta em sala de aula<sup>3</sup>, que, em boa parte, se referiam à forma como os movimentos feministas vêm se confrontando, ou não, com as questões relacionadas às idades e às gerações das mulheres.

<sup>1</sup> Realizadas em Brasília, nos anos de 2004 e 2007.

<sup>2</sup> Vamos utilizar este termo no texto, fazendo uma correlação com a “cegueira de gênero”, utilizada pela teoria feminista quando trata de ausência deste olhar na forma como se interpreta a realidade.

<sup>3</sup> Em disciplina cursada, em 2011, no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Uma das autoras atuou, nos últimos anos, em uma organização feminista e também militou em vários espaços de mobilização e movimento, em particular, na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)<sup>4</sup>. Assim, buscamos articular teoria e prática a partir deste lugar de atuação, abordando, também, a ação da AMB em conjunto com outros setores do movimento de mulheres/feministas em favor das políticas, na área da seguridade social, que abarcam a aposentadoria universal. Esta atuação foi eleita para análise porque é uma das que beneficiam as mulheres idosas.

Em um dossiê sobre a atuação feminista no período de elaboração da Constituição Brasileira de 1988, organizado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, em que algumas militantes relatam a experiência das mulheres – mobilizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) em um Encontro Nacional Mulher e Constituinte, que resultou na Carta das Mulheres aos Constituintes –, Gilda Cabral relata:

[...] nos estados, as mulheres organizaram bingos, rifas, almoços solidários e assim conseguiram meios para chegar a Brasília e também para a realização de encontros em suas cidades. Lembro bem das senhoras da terceira idade de São Paulo, que vieram de trem. Eu, que já morava há mais de dez anos em Brasília, nem sabia que se chegava aqui de trem. Essas mulheres, vindas de São Paulo, tiveram uma participação muito especial. Não tínhamos previsto um grupo de trabalho específico para o tema terceira idade, e elas, aqui chegando, não quiseram integrar os diferentes GTs de saúde, violência, trabalho etc., e exigiram tratamento igualitário: sala para GT, tempo de apresentação na plenária e destaque na carta com as reivindicações específicas. E assim foi feito! (2008, p. 93).

As leis e políticas, para que se tornem universais, precisam ter mecanismos de correção das distorções existentes a partir do que caracteriza os segmentos existentes em uma sociedade. São escassos, ainda, os documentos que registram as mulheres na sua diversidade geracional, presentes como sujeitos de direitos nas ações e espaços de debates sobre políticas

<sup>4</sup> Carla G. Batista integrou a coordenação da AMB representando os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; foi, também, secretária adjunta, por um mandato, e uma de duas secretárias executivas, no mandato subsequente. Nesta condição, participou dos processos das conferências de políticas para as mulheres. A AMB se compõe de fóruns e articulações de mulheres organizadas nos estados brasileiros, além de outras militantes não vinculadas a organizações.

para as mulheres. Estes são estudos que também demandam a nossa atenção.

### **Teoria e Prática: uma construção permanente**

Temos acompanhado a forma como as teorias e ações feministas vêm, permanentemente, sendo avaliadas e questionadas, como desafio permanente à sua práxis. Estas críticas, introduzidas por militantes e também por autoras identificadas como feministas – em especial, mas, não unicamente, pelas teóricas pós-estruturalistas ou pelas feministas negras – apontam caminhos para a necessidade de aprofundamento teórico-político-metodológico, desde que convocam a pensar as mulheres a partir das múltiplas e diversas formas de estarem no mundo. Militantes e teóricas provocam a compreender as mulheres – e não apenas *a mulher*, identificada inicialmente como branca, heterossexual e de classe média – a partir das diversas e mutáveis identidades que estas podem assumir ao longo de suas vidas. Leituras feitas por feministas à dominação masculina instigam também a formas de repensar o próprio feminismo.

Esta não é, no entanto, uma discussão que produza críticas de mão única. A possibilidade de fragmentação e despolitização do debate, diante da necessidade de afirmação de um sujeito das transformações sociais e culturais defendida por setores do feminismo, dialoga com a necessidade de construção de um olhar para as múltiplas identidades das mulheres e de gênero. São novos, mas nem tanto, os desafios a serem desvendados e trilhados. No Brasil, os feminismos, que se desenvolveram desde o final da década de 70 do século passado, estiveram, permanentemente, em diálogo com o movimento de mulheres e são parte deste movimento. Nesta relação, esteve continuamente confrontado pelas mulheres negras, do meio popular, lésbicas, jovens, rurais, entre outras identidades que poderiam aqui também ser citadas, mulheres autoidentificadas como feministas ou não.

Alda Britto da Motta (1997; 1999; 2007) chama a atenção para o fato de que as categorias de idade e geração são espaços do conhecimento ainda não apropriados ou interpretados pelo feminismo como referências teóricas e de observação da realidade, como o são as categorias de gênero, classe e raça/etnia. As feministas, segundo ela, costumam reconhecer que as

relações entre gerações são, sim, hierárquicas, mas não necessariamente antagônicas, o que as colocaria em outro patamar que não o das categorias identificadas anteriormente. No entanto, defende que estas são relações de poder que existem e persistem através da história, desde os tempos mais remotos, antes mesmo que os seres humanos estivessem organizados em classes sociais, e que precisam ser compreendidas como tal, perpassando toda a leitura e interpretação da realidade.

Registra, ainda, que o feminismo, ao pensar sobre saúde e sexualidade das mulheres, tem se limitado ao período reprodutivo, o que exclui as mulheres que não estão dentro desta faixa. O mesmo acontece quando se trata da violência contra as mulheres. As idosas, segundo a autora, têm ficado de fora das análises feministas, que também se detiveram apenas nas mulheres em relações heterossexuais, deixando de lado outras relações que se instituem dentro do âmbito doméstico e/ou da família. As mulheres idosas, afirma, são alvo privilegiado de violência, principalmente aquela que acontece entre gerações e que costuma ser praticada por filhos/as e netos/as. E denuncia a inexistência não só de teorias, mas o que este “esquecimento” tem significado também para a ausência de políticas públicas que poderiam prevenir e atender a estes casos. “As DEAMS não costumam acolher as queixas. As casas de abrigo não as aceitam. Velhas deixam de ser mulher!”<sup>5</sup>.

E, acrescente-se, deixam de ser mulher que também sofre violência do companheiro ou companheira, já que, muitas vezes, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) encaminha estes casos para as delegacias do idoso, não a compreendendo como uma violência sexista ou de gênero. Mas, não é a intenção aqui fazer, mais uma vez, uma avaliação dos limites que as delegacias de atendimento às mulheres apresentam.

### **Feminismo e Geração: primórdios não tão distantes assim!**

Retomando uma referência inicial para os estudos feministas e de gênero, remetemos-nos a Simone de Beauvoir, no quinto capítulo do segundo volume de *O*

---

<sup>5</sup> Anotações feitas por Carla G. B. em palestra de Alda B. da M. de abertura no IX Simpósio Baiano, organizado pelo NEIM/UFBA em 2009. Este texto também foi escrito a partir de registros feitos em sala de aula.

*segundo sexo* – “Da maturidade à velhice” – em que trata do tema. Não são tantas as autoras feministas que se dedicaram a este tema, é certo!, e a tarefa de levantar esta bibliografia não será feita aqui. Nos referimos a *O segundo sexo* porque é uma obra indispensável, pela amplitude da sua abordagem, pela sua originalidade e caráter inovador.

No capítulo citado, Beauvoir inicia reconhecendo que “a história da mulher – pelo fato desta se encontrar ainda encerrada em suas funções de fêmea – depende muito mais que a do homem de seu destino fisiológico” (1980, p. 343), tese defendida neste trabalho. Segundo ela, enquanto o homem “envelhece de maneira contínua”, isto é, a velhice, para ele, seria parte de um processo “naturalmente” reconhecido na vida masculina, a mulher, na maturidade, é “bruscamente despojada de sua feminilidade”:

[...] perde, jovem ainda, o encanto erótico e a fecundidade de que tirava, aos olhos da sociedade e a seus próprios olhos, a justificação da sua existência e suas possibilidades de felicidade: cabe-lhe viver, privada de todo futuro, cerca de metade da sua vida adulta. (BEAUVOIR, 1980, p. 343).

Para Simone, o envelhecimento da mulher estaria estreitamente identificado às suas relações familiares, mais especificamente às relações reprodutivas ou da maternidade, entendidas como destinos a ela socialmente impostos. Ao analisar as relações entre mãe e filho, mãe e filha e a forma como estas se tornam um complemento indispensável, diria, até, funcional, da relação com o marido, diz que, na velhice, filho(s) e/ou filha(s), para os quais esta mulher transferirá suas realizações, “confiscos” e “roubos”, se transformassem em, praticamente, as únicas referências de si mesma ou da sua capacidade de realização no mundo. Beauvoir procura relatar, na sequência, a forma pela qual as mulheres tentam ludibriar a si e aos outros, quando os filhos se vão, em busca das suas próprias vidas:

[...] ela descobre essa liberdade no momento em que não tem mais o que fazer dela. Essa repetição nada tem de um acaso: a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas a figura de uma servidão; e a mulher só escapa da escravidão no momento em que perde toda eficiência. (BEAUVOIR, 1980, p. 351).

Registra que está tratando da mulher burguesa, a mulher que não se ocupa a não ser de cuidar da sua família, logo, nada a preenche mais que o reconhecimento e a valorização dos seus familiares; nada lhe confere sentido

além do papel ao qual ela procurou se adequar, o papel a ela destinado socialmente. A mulher idosa, ainda que tenha trabalhado, acaba pensando que qualquer dedicação é vã, mesmo que nela consiga perceber os sentidos da sua vida. As necessidades e competências que o mundo identifica/relaciona a ela não lhes são estimulantes o suficiente: “A maioria das mulheres, em suas atividades privadas ou públicas, visa não a um resultado a atingir e sim a se ocupar; e toda ocupação é vã quando é apenas um passatempo” (BEAUVOIR, 1980, p. 361). Um passatempo, conquanto é só um meio de se entreter até que o outro, aquele que lhe dá o sentido de existência, surja e possibilite que ela também exista, visto que sua vida só se estabelece a partir de alguém que lhe é externo, jamais de si própria.

Simone vai escrever, mais tarde, obras importantes sobre o tema da velhice, como o livro-ensaio sobre este período da vida, o relato dos momentos finais da existência do seu companheiro, Sartre, e, ainda, outro sobre sua mãe<sup>6</sup>. Se nos referimos aqui apenas a *O segundo sexo* é por perceber que ele tem sido a referência importante para os estudos feministas. Uma leitura que, no entanto, tem limites, inclusive históricos, quanto ao olhar sobre a realidade diversa das mulheres que chegam à velhice, principalmente daquelas não europeias ou burguesas e que não se casaram ou tiveram filhos, foco de Beauvoir. Ousaríamos dizer, ainda, que, por crítica que Simone de Beauvoir tenha sido à obra de Freud, percebe-se na leitura de “Da maturidade à velhice”, uma interpretação com influências muito marcadas da Psicanálise.

### **Velhice ou Terceira Idade?**

Pensar sobre a velhice como também debater sobre modos de estabelecer formatos e etapas para a vida humana são preocupações recentes. Como já foi dito, o aumento da expectativa de vida das pessoas no mundo contemporâneo requereu não só uma forma de olhar para esta novidade, mas, também, a invenção e redefinição de novos estilos de vida, incluindo, nas sociedades capitalistas, a criação de mercados de consumo específicos para uma fase considerada intermediária entre a juventude e a velhice.

<sup>6</sup> *Velhice, Cerimônia do adeus e Uma morte muito suave*, respectivamente.

Britto da Motta (1997), em texto memorável, refere às diversas tentativas das Ciências Sociais para a classificação da vida em sociedade, o que inclui propostas de periodizar as idades humanas, remetendo, criticamente, à utilização da categoria “terceira idade” para definir este período intermediário, já que a velhice estaria, esta sim, mais próxima do fim da vida, mais perto da morte da qual todos/as querem se distanciar:

Essa categoria ‘terceira idade’ ambígua e polivalente em plena moda teórica, refere-se a uma fase inventada/reconhecida em fins da década de 60, mas também corresponde a uma etapa da vida de hoje – a do idoso ‘jovem’. [...] é preciso diferenciá-los pelo menos para o mercado; ‘terceira idade’ também identifica novos modos de vida de uma geração de mais idade, porém ativa, informal, livre e ‘leve’. Institui, por fim, um eufemismo, para não se falar da velhice e seus signos. (BRITTO DA MOTTA, 1997, p. 103-104).

Peter Laslett e Remi Lenoir<sup>7</sup>, entre outros(as) autores(as), são referências para Britto da Motta e Guíta Debert elaborarem como a ideia de terceira idade foi desenvolvida, e para compreendê-la, principalmente, como uma construção ideológica em um mundo globalizado, e, ao mesmo tempo, fragmentado, caracterizado pelo liberalismo. Segundo Lenoir, a criação de novas representações para a velhice produziu também outras formas de gestão e agentes responsáveis por intermediar este período da vida. Isto significa que novas propostas de sociabilidade, de vida prazerosa, mas, também, ativa (tanto no sentido do trabalho, da atividade intelectual como da mobilidade e da saúde do corpo), foram criadas para estimular outros padrões de comportamento e de consumo. Incluem-se, aqui, as iniciativas de grupos de convivência, a criação de universidades da terceira idade, de programas/políticas de estímulo ao turismo, entre outros. (BRITTO DA MOTTA, 1997; DEBERT, 1999).

Compartilhando das críticas apresentadas pelas autoras citadas neste texto, utilizaremos “idoso(a)” e “velhice” para tratar sobre o período da vida humana ao qual este artigo está dedicado, considerando a classificação etária demarcada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 65 anos, para países em desenvolvimento, já que estamos falando de Brasil. Sabendo que a classificação

etária é uma demarcação importante para a definição de políticas públicas, já que através dela “é possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos, o que requer algum grau de pragmatismo nos conceitos utilizados” (CAMARANO, 2004, p. 6). Como este texto se refere a políticas públicas, este foi o aspecto levado em consideração, mesmo reconhecendo os diversos limites deste tipo de classificação para tratar de período tão complexo da vida humana.

### Para pensar aposentadoria e planos

Como contexto de fundo para as políticas, utilizaremos um resumo de classificação citado por Britto da Motta (1997, p. 106), efetuado por Anne Marie Guillemard (1986)<sup>8</sup>, em que a autora estabelece uma periodização, em três etapas, do processo social de sensibilidade em relação ao idoso, a partir das quais chegaremos à primeira década do século XXI. Um primeiro, considerado a partir de 1945, da Segunda Guerra Mundial, em que identifica uma preocupação com os meios de subsistência dos trabalhadores velhos; o segundo, a partir dos anos 60, no qual se planeja a aposentadoria para um setor que teria um nível mais alto de aspirações e de recursos materiais com possibilidade de viabilizar novas práticas, incluindo as de consumo a elas relacionadas<sup>9</sup>; de 1967 em diante, quando se trabalha com a ideia de pré-aposentadoria, o trabalho das pessoas idosas passa a ser considerado, diante da necessidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, como ilegítimo: um problema a ser enfrentado

<sup>8</sup> Cf. GUILLEMARD, Anne Marie. *Le Déclin du Social: formation et crise des politiques de gestion de la vieillesse*. Paris: PUF, 1986.

<sup>9</sup> Data deste período a criação do termo terceira idade. Este termo está muito disseminado, e tem sido utilizado, inclusive por feministas, a exemplo de algumas passagens da Plataforma Política Feminista: construção coletiva finalizada em 2002, a partir de processo deslançado por 10 articulações nacionais do movimento de mulheres/feministas brasileiro: AMB, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Contee, Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Rede de Mulheres no Rádio, Rede Nacional de Parceiras Tradicionais, Rede Feminista da Saúde e União Brasileira de Mulheres. Veja também citação de Gilda Cabral no início do texto.

<sup>7</sup> Cf. LASLETT, Peter. *The emergence of the third age: ageing and society*, 1987. LENOIR, Remi. *L'invention du Troisième Age (Constitution du Champ des Agents de Gestion de la Vieillesse)*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 26/27, mar/abr. 1979.

diante da “menor capacidade” de trabalho e dos maiores salários a serem pagos, em função do tempo.

Ousamos incluir um quarto período, pensando no momento atual, em que há uma extensão do período entre a juventude que estuda (que se prepara para) e aquela que se inicia no mercado de trabalho, com acentuada flexibilização e aumento da informalidade das relações de trabalho, que faz com que o investimento em aposentadoria privada seja uma oferta do mercado para as pessoas com possibilidades de arcar com este formato de planejamento para a velhice; e a permanente ameaça, por parte do Estado, de ampliar as idades limites para a aposentadoria ou de sua redução, através de mecanismos do tipo fator previdenciário. Ao mesmo tempo, cresce na sociedade a ultravalorização da juventude, estendendo os seus limites inicial e final, aliada às necessidades de consumo estabelecidas como características desta fase da vida e aquelas voltadas para a sua manutenção.

Considerando o apresentado acima, verifica-se, além disto, a cada vez maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a intensificação da ação de movimentos feministas para a instituição da aposentadoria universal, reconhecendo que a população mais pobre e excluída trabalha, mesmo que informalmente, e realiza, ampla e permanentemente, o pagamento de impostos ainda que indiretos, os quais precisariam ser revertidos para políticas sociais que possam atender a esta parcela da população, em grande parte ainda destituída dos benefícios aos quais teria direito, sendo composta, em sua maioria, por mulheres e negras, como verificaremos a seguir.

### O que nos mostram os dados?

Através da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ana Amélia Camarano (2003) demonstra, para o período de 1980 a 2000, décadas que antecederam à realização das primeiras CNPMs, algumas importantes mudanças acontecidas na vida das mulheres idosas brasileiras. Ela comprova que, na década de 90, confirmando crescimento verificado em períodos anteriores, a população idosa foi a que mais cresceu no país e verifica o maior número de mulheres presentes nesta faixa etária, uma tendência apresentada nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, de forma geral, que se dá em função da queda da

fecundidade e da mortalidade a qual permanece maior entre os homens.

Afirmando, com base nos dados coletados, que o envelhecer não se equivale para homens e mulheres e é diferente para pessoas que estão em classes sociais distintas, destaca como o componente raça é determinante para a forma como a vida pode ser experienciada pelas pessoas idosas e cita Peter Lloyd-Sherlock e Ana Maria Nogales<sup>10</sup> para observar como o componente de gênero influencia a forma como as mulheres envelhecem:

Por exemplo, mulheres idosas experimentam uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em uma situação socioeconômica desvantajosa. A maioria das idosas brasileiras de hoje não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. Além disso, embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas passam por um período maior de debilitação biológica antes da morte do que eles. (CAMARANO, 2003, p. 62).

Com relação a cor, quando consideramos a soma de negras e pardas (36,0%), estas correspondem, praticamente, à metade do número das mulheres brancas (62,1%), em um contingente aproximado de 8 milhões de idosas, para o período estudado. A maior morbidade e mortalidade a que estão expostas as mulheres negras nos ajuda a explicar este diferencial. A cor também afeta o estado conjugal das mulheres idosas, pois, como os homens, sejam eles negros ou brancos, têm preferência por se casarem com mulheres brancas, estas estão em maior número entre as viúvas e/ou separadas, enquanto as negras são maioria dentre as que são chefes de família. É importante lembrar que viúvas e separadas, quando recebem aposentadoria, podem acumular a estas, pensões advindas do casamento, mais um fator que pode remeter a desvantagem para as mulheres negras.

No que se refere às condições de vida dessas mulheres, Camarano (2003) constata que as idosas estão vivendo mais e melhor, o que se deve à ampliação da cobertura previdenciária no período, atingindo, principalmente, as trabalhadoras rurais, e à evolução da área médica,

<sup>10</sup> Cf. LLOYD-SHERLOCK, Peter. *Ageing, development and social protection: a research agenda*. UNRISD Meeting on Ageing, Development and Social Protection, 2002; NOGALES, Ana Maria Vasconcelos. A mortalidade da população idosa no Brasil. In: *Como vai? população brasileira*. Brasília, Ipea, ano III, n. 3, dez. 1998. p. 24-32.

inclusive no que diz respeito a medicamentos e à ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Se verificássemos os dados para a primeira década dos anos 2000, talvez pudéssemos afirmar, também, que os programas de renda mínima, como o bolsa família, estão contribuindo para esta mudança de qualidade de vida, ainda que muitos deles sejam criados a partir de uma lógica criticada pelo feminismo, por se sustentarem na maternidade, reafirmando o papel da mulher como mãe, como única responsável pela educação dos filhos, como dona de casa. Mas estes dados ainda não estavam presentes neste artigo de Camarano como indicativos para as ações do movimento e do Estado na primeira década do século XXI.

### **Planos de políticas para as mulheres (PNPMs)**

O I PNPM foi apresentado em 2005, um ano após a realização da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, ocorrida em julho de 2004, que contou com a participação de 120 mil mulheres em todo o país. A média da idade das delegadas presentes era de 42,77 anos, 21% se encontrava na faixa acima dos 50 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 2005 p. 23)<sup>11</sup>. O I Plano não tem qualquer referência explícita às mulheres idosas, no entanto, declara o compromisso com os recortes de classe e raça/etnia, entendidos como princípios a serem observados.

Algumas passagens, porém, nos remetem, ou podem nos remeter, às mulheres na faixa etária acima dos 65 anos, por exemplo, quando trata das políticas de forma geral, lê-se a afirmação de que elas estarão orientadas pelo compromisso com “a igualdade e respeito à diversidade” e se refere aos diferentes momentos da vida das mulheres. Quanto ao desafio de produzir dados e indicadores sociais para subsídio à execução das políticas públicas, um dos objetivos é a política de previdência.

O I PNPM está organizado em quatro linhas de atuação, que concentram 199 ações divididas em 26 prioridades. O grupo de trabalho que organizou o plano, tanto na primeira como na segunda Conferência, não incluiu representante de qualquer órgão que trate, visivelmente,

de questões relacionadas às pessoas idosas. (BRASIL, 2005).

Dentro da linha de atuação A, “Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania”, o objetivo 1 se refere ao compromisso de promover a autonomia econômica e financeira das mulheres; na linha B, “Educação Inclusiva e Não Sexista”, um dos passos previstos é o de reduzir, em 15%, a taxa de analfabetismo entre as mulheres acima dos 45 anos de idade; na C, “Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, entre os objetivos, encontramos o de reduzir a morbidade e a mortalidade em “todos os ciclos da vida”. Já na linha de atuação D, “Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, nada de mais próximo foi encontrado como referência a ser citada.

O II PNPM foi, no seu total, bem mais abrangente, apresentando 91 metas, 56 prioridades e 394 ações, predispostas em onze grandes áreas de atuação. O que mudou no plano em si é que ele tem os eixos mais detalhados “de forma a destacar segmentos das mulheres em situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2008, p. 21) e demonstra meios para chegar aos resultados esperados. É importante não esquecer que se a I CNPM se deu no início da instalação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), a realização da segunda conferência possibilitou um espaço de tempo para amadurecer a experiência de governo e de gestão da Secretaria, período, inclusive, necessário para ampliar a sensibilização e as alianças com outros setores governamentais e para que novos organismos executores de políticas para as mulheres, nos estados e municípios, fossem instalados. Tudo isso contribuiu para aumentar a participação na II CNPM e para que novas questões fossem incorporadas pelo II Plano.

O II PNPM foi então instituído a partir das propostas aprovadas na II CNPM, realizada em agosto de 2007, processo do qual participaram 200 mil pessoas. Além de reafirmar os pressupostos e princípios da primeira conferência, este plano, apresentado em 2008, incluiu novas áreas estratégicas (onze eixos no total), dentre elas a de número X, que merece a nossa especial atenção: “Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres com especial atenção às jovens e

<sup>11</sup> Quanto ao II PNPM, não foi localizado documento com perfil das delegadas com relação à faixa etária.

idosas”. Além disso, à exceção dos eixos VI e VII<sup>12</sup> todos fazem alguma referência à questão geracional, observando questões como autonomia econômica, alfabetização, aposentadoria, violência, saúde, e diversas formas de discriminação, inclusive aquelas presentes na mídia. A SPM também se propõe a realizar formação/capacitação de funcionários públicos no tema.

É importante notar, no entanto que, nos objetivos específicos incluídos no eixo X, quando se trata de fortalecer ações e assistência integral à saúde das mulheres, o foco está apenas nas jovens e adolescentes. Pode-se afirmar que o eixo como um todo tem um acento maior para este público, o que pode ser devido ao aumento da organização de mulheres jovens dedicadas ao tema da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens e ao investimento destas em pautar o tema.

Sabemos que os planos são apenas parte do que foi totalmente aprovado nas Conferências e sabemos, também, que esta parte está delimitada por ações possíveis dentro dos diversos ministérios articulados pela SPM e, ainda, que os planos acabam sendo muito mais uma carta de intenções sujeita às possibilidades orçamentárias, aos compromissos dos estados e municípios com a sua execução e, muitas vezes, à permanente pressão social para que se tornem concretos na vida das pessoas. E estes são apenas alguns dos limites enfrentados. Não se pode negar, ao final, que demonstram compromisso e vontade política de atuar sobre as questões neles explicitadas e que se transformam em instrumento para o monitoramento e o questionamento sobre o que está sendo implementado no período de quatro anos de um governo. Verifica-se, no entanto, a forma incipiente como o tema geracional está presente no debate sobre políticas para as mulheres, o que não acontece quando a questão previdenciária se apresenta. Parece ser este praticamente o único ponto que remete de forma mais contundente às idosas.

### **Feminismo e luta pela previdência universal**

As questões da proteção social têm recebido especial atenção das feministas e vêm sendo relacionadas,

---

<sup>12</sup> VI – Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; VII – Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.

fundamentalmente, à divisão sexual e à divisão social do trabalho. A leitura de materiais sobre as ações e propostas defendidas pelo Fórum Paralelo e Itinerante das Mulheres sobre a Previdência Social (FIPPS), iniciativa de várias redes e articulações feministas<sup>13</sup> pode nos ajudar a perceber como este tema tem sido compreendido. Sílvia Camurça, por exemplo, afirma:

A desproteção social em relação às mulheres é mais uma das consequências da divisão social e sexual do trabalho e decorre de três fatores principais. O não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, a não percepção da dupla jornada como questão social para as políticas e aceitação tácita, por empregadores e empregados, da maior exploração sobre o trabalho das mulheres no mercado de trabalho, o chamado sexismo do mercado de trabalho. (2008, p. 154).

O FIPPS surgiu em 2007, quando mais uma proposta de reforma da previdência foi anunciada. Para debater esta proposta foi criado, pelo governo Lula, um Fórum Nacional sobre Previdência Social (FNPS), o qual as mulheres/feministas organizadas não foram convidadas a integrar. Criou-se então o FIPPS, que passou a realizar atividades paralelas, manifestações, diálogos com integrantes do fórum oficialmente convocado no sentido de evitar retrocessos dos direitos conquistados pelas mulheres e também fazer avançar propostas na garantia da universalidade das políticas públicas nesta área.

As integrantes do FIPPS creditam como vitórias terem visibilizado o problema da exclusão previdenciária das mulheres e terem-no transformado em um problema não só para o Legislativo e o Executivo, mas, também, para toda a sociedade. A esta luta se somaram outras questões envolvidas no debate sobre seguridade social, como o direito à saúde e à assistência, e ainda a educação e creches.

O FIPPS passou a ser um fórum com atividades itinerantes em defesa da seguridade social: novas adesões foram feitas<sup>14</sup> e suas integrantes avaliaram positivamente uma outra iniciativa, a campanha deslanchada pela aposentadoria das donas de casa.

---

<sup>13</sup> Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação Nacional de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Camponesas, Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/NE.

<sup>14</sup> Articulação Nacional de Pescadoras, trabalhadoras ambulantes de Campinas e catadoras de lixo do Ceará.



Ainda que o feminismo fizesse a crítica no sentido de que uma proposta como esta pode contribuir para cristalizar, nas mulheres, a responsabilidade pelo trabalho doméstico, o que vai em sentido contrário à crítica do FIPPS à divisão sexual do trabalho, compreendeu-se, por outro lado, que esta medida, se aprovada, pode beneficiar a um grande número de mulheres.

Pensar a solidariedade entre as gerações significa pensar também como as mulheres estão excluídas da possibilidade de contribuir com a velhice, pela forma como se caracteriza o trabalho realizado por elas: informal ou não remunerado, na sua grande maioria, não defendendo, aqui, a lógica contributiva fundamentada no liberalismo, mas, sim, que as mulheres também produzem riquezas e realizam tarefas fundamentais para que outros/as também as produzam, através do trabalho reprodutivo que realizam e que não tem sido reconhecido ou valorado como tal. Neste sentido, ações feministas como as realizadas pelo FIPPS devem ser estabelecidas dentro do leque de preocupações feministas com a questão geracional das mulheres, ainda que estas tenham limites a serem transpostos. O investimento neste tipo de ação reforça a atuação dos movimentos que lutam pelas questões previdenciárias e refletem na forma como as questões geracionais se apresentaram nos planos de políticas para mulheres até o momento.

### **Conclusão**

Percebe-se, nas leituras realizadas, que autores/as e ativistas feministas – mas não só estas, é importante destacar – centralizam, muitas vezes, a preocupação com a velhice das mulheres na garantia do acesso à aposentadoria e, conseqüentemente, na autonomia econômica. O que não é pouco, diga-se de passagem. As avaliações de Camarano, já citadas acima, sobre o significado da extensão da aposentadoria às mulheres rurais o confirmam. Por certo, poder contar com a aposentadoria universal poderá ser um fator de modificação da forma como as mulheres urbanas que trabalharam sempre na informalidade e/ou aquelas que se dedicaram às tarefas domésticas e do cuidado possam chegar à velhice com a garantia de recursos, ainda que sejam muito limitados para a sobrevivência. Por certo,

também, as perspectivas marxistas e de gênero aparecem com maior destaque nas análises que são feitas.

Não se pode negar a importância da luta de classes em um país com o alto grau de exclusão social, como é o Brasil. E não podemos esquecer que grande parte das feministas, neste país, iniciou suas ações junto aos movimentos e partidos de esquerda; que, para elas, a defesa de uma sociedade mais justa economicamente é inseparável da luta contra o patriarcado e o racismo.

Há que se reconhecer, no entanto, que, ainda que as feministas afirmem que as relações hierárquicas entre as gerações devam ser observadas, estas ainda aparecem de forma muito tênue na interpretação da realidade feita por elas, principalmente no que se refere à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Geração está presente muito mais para se referir às mulheres jovens do que às idosas. É porque estas não mais reproduzem? A realidade atual demonstra que a maternidade tem sido cada vez mais e mais estendida, no sentido de que os/as filhos/as demoram cada vez mais para sair de casa, ou a ela retornam, e de como avós podem novamente voltar a tarefas “maternas” com a vinda dos/as netos/as e com a crescente precarização do mundo do trabalho.

Se o novo conceito de proteção social abarca uma visão muito mais ampla do que aquela que o restringia à família e ao trabalho (cf. CAMARANO, 2004), reconhecer as mulheres como cidadãs consiste em reconhecer a forma como o trabalho destas e a família ainda estão intrinsecamente vinculados e, mesmo as que não tiveram filhos/as, não estão isentas do trabalho doméstico e do cuidado com outras pessoas da família, sejam elas pais, avós, etc.

Para o trabalho das mulheres, o do cuidado e o doméstico, não existe aposentadoria, não existe o tempo do descanso e o da desobrigação, nem mesmo quando estas se tornam idosas. O máximo que as mulheres alcançam é realizá-lo apenas para si mesmas, quando estão ou são sós. Será este um dos poucos caminhos de liberdade a elas possível? O da solidão?

Debater a formação de uma tarefa pública de proteção social pautada pela perspectiva de uma economia moral, da solidariedade social, de uma obrigação moral entre gerações, conforme defende Júlio Simões (1997), nos remete a pensar em novas formas de solidariedade que ultrapassem os limites da família e do privado, universos

do trabalho infundável e permanente das mulheres. Instiga a refletir sobre os diferentes modelos de família e sobre a vida cotidiana. Novas são as formas de sociabilidade a serem construídas.

## Referências

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Solidarités et entraides entre générations. In: SINGLY, François de. (Dir.). *La famille en questions: état de la recherche*. Paris: Syros, 1996. p. 167-178.

BEAUVOIR, Simone. Da maturidade à velhice. In: \_\_\_\_\_. *O segundo sexo: 2 – A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 343-362.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. *I Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. *II Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2008.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Idade e preconceito. In: WOLF, Cristina e outras. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 131-145.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Terceira idade”: gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivia (Org.). *Ritos, mitos e fatos: mulher, gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 1997. p. 103-120.

CABRAL, Gilda. Lá vem o lobby do batom. In: SILVA, C.; ANDRADE, P. Mulheres, participação e democracia. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, SOS Corpo, ano II, n. 1, p. 92-95, dez. 2008.

CAMARANO, Ana Amélia. Conceito de idoso. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos anos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 4-11.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, set./dez. 2003.

CAMURÇA, Silvia M. S. Desproteção das mulheres no sistema previdenciário. In: ÁVILA, Maria Betânia e outras (Org.). *Reflexões feministas sobre informalidade do trabalho doméstico*. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 151-162.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. *Revista da Universidade de São Paulo*, v. 42, p. 70-83, jun./ago. 1999.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita G et al. *Antropologia e velhice*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994. p. 49-71. (Textos Didáticos, 13).

FERREIRA, Verônica. As lutas da Articulação de Mulheres Brasileiras no campo do trabalho e da proteção social. In: COSTA, Albertina et al. (Org.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 175-185.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM. *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: perfil das delegadas e perspectivas de atuação*. Brasília: Presidência da República, mar. 2005.

LANGEVIN, Annet. A construção social das idades: mulheres adultas de hoje e velhas de amanhã. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 29, p. 129-149, jul./dez. 1998. (Dossiê Gênero e Família).

LLOYD-SHERLOCK, Peter. *Ageing, development and social protection: a research agenda*. UNRISD Meeting on Ageing, Development and Social Protection, 2002;

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia do Conhecimento*. Porto: Res, [19--]. p. 115-176.

NOGALES, Ana Maria Vasconcelos. A mortalidade da população idosa no Brasil. In: *Como Vai? População brasileira*. Brasília, Ipea, ano III, n. 3, dez. 1998. p. 24-32.

ROTH, Philip. *Fantasma sai de cena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 169-181, 1997.